



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

PARECER: 176/2014–ML

ASSUNTO: AUDITORIA DE REGULARIDADE

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 29.590/2013

EMENTA: AUDITORIA DE REGULARIDADE NA ACUMULAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES. SERVIDORES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO DF. ATIVOS. APOSENTADOS. PENSIONISTAS. UTILIZAÇÃO DE BASE DE DADOS. PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA JURISDICIONADA PARA EVITAR DESCONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO. DETERMINAÇÕES. RECOMENDAÇÕES. PARECER CONVERGENTE DO **MPC/DF** NAS CONCLUSÕES.

1. Trata o presente feito da auditoria de regularidade constante do Plano Geral de Ação desta c. **Corte de Contas** para o exercício de 2013, aprovado nos termos da r. Decisão nº 96/2012, nos autos do Processo nº 28.335/2012, realizada pela Divisão de Fiscalização de Pessoal no exercício de 2013.

2. A referida auditoria consiste na **verificação das acumulações de cargos, empregos e funções** dos servidores ativos, inativos e pensionistas da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, sob os aspectos da legalidade e da regularidade.

3. O objetivo é averiguar os **procedimentos** adotados pela jurisdicionada com relação aos casos de acumulação de cargos, empregos e funções dos servidores ativos, inativos e pensionistas, bem como possíveis casos específicos de servidores e pensionistas em **desconformidade** com a legislação de regência, apurados por meio da análise conjunta dos dados do SIGH, do SIAPE e da RAIS, além dos portais de transparência de entidades públicas.

4. A Divisão de Fiscalização de Pessoal definiu 3 (três) questões – QA – para responder aos objetivos específicos da auditoria, a saber:

“Primeira Questão: Há servidores ativos, inativos e pensionistas, integrantes dos quadros da jurisdicionada, acumulando cargos, empregos e funções em desconformidade com a legislação em vigor?”

Segunda Questão: A jurisdicionada vem cumprindo a Decisão nº 2.975/2008¹ e o artigo 156 da LC nº 840/2011, nos casos dos servidores que acumulam dois cargos efetivos ou empregos públicos licitamente e um cargo ou emprego comissionado?”

¹ A r. Decisão nº 2975/2008 é resultado de estudo sobre a aplicação do artigo 120 da Lei nº 8.112/1990. A mesma matéria, agora, é regulada pelo artigo 156 da LC nº 840/2011, dispositivo ao qual o referido **decisum**



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

Terceira Questão: Os procedimentos e controles que a jurisdicionada adota são suficientes e adequados para evitar e detectar acumulações de cargos em desconformidade com a legislação em vigor?” (Fl. 137).

6. Registrou que, inicialmente, foram efetuados levantamentos sobre possíveis casos de acumulações ilegais de cargos, empregos e funções e, para a obtenção de respostas às questões formuladas, lançou mão de cruzamento de dados das bases do SIGRH, do SIAPE e da RAIS de 2009.

7. Acrescentou que, posteriormente, foram verificadas, caso a caso, as possíveis acumulações em desconformidade com a CRFB, com a LC nº 840/2011 (QA 1) e com a r. Decisão nº 2.975/2008 (QA 2), além de consultas aos sítios da RFB, do TCU, do TCM/GO, do TCM/BA e do TCM/CE, aos portais da transparência dos entes federados e às RAIS de 2011 e 2012.

8. Informou que foram emitidas Notas de Auditorias, NA^s n.ºs 1 a 3 (fls. 15/115), que objetivaram esclarecer dúvidas e oportunizar a manifestação da jurisdicionada e dos servidores/empregados acerca das duas primeiras questões de auditoria objeto dos trabalhos desenvolvidos.

9. Consignou que a SES/DF **não respondeu** às referidas NA^s, tendo solicitado a prorrogação de prazo para atender aos questionamentos feitos, o que impossibilitou, no momento, a emissão de parecer conclusivo quanto à incidência de acumulações ilícitas pelos servidores naquele órgão.

10. No tocante à QA 3 consignou que, de maneira geral, os controles para inibir as acumulações de cargos, empregos e funções ilícitas são **frágeis e ineficazes** e dependem, em grande parte, da própria manifestação dos servidores interessados. Por isso, sugeriu que o e. TCDF recomende a adoção de **controles complementares** por parte da jurisdicionada.

11. Ressaltou que a análise da regularidade das acumulações de cargos, empregos e funções no âmbito distrital teve início do Processo nº 23.435/2013 e que devido à grande quantidade de servidores e ao fato de a previsão legal de acumulações prevista no artigo 37, inciso XVI, da CRFB e artigo 46 da LC nº 540/2011 afetar principalmente pessoal da SES/DF e da Secretaria de Educação do DF – SE/DF, os trabalhos para esses dois órgãos foram desmembrados nos presentes autos e no Processo nº 29.581/2013.

12. Em que pese a impossibilidade de conclusão dos trabalhos em curso, tendo em vista o pedido de prorrogação formulado pela jurisdicionada para atendimento aos questionamentos constantes das NA^s, o Corpo Instrutivo percorreu sobre as análises e

parece estar alinhado, remanescendo, no entanto, pronunciamento desta c. Corte nesse sentido (Processo nº 38.097/2007).



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

evidências decorrentes do levantamento procedido vinculadas às questões elaboradas para a consecução da auditoria, destacando as seguintes situações peculiares.

13. Quanto à QA 1, a **primeira** situação trazida ao conhecimento nos autos, trata do servidor Rubens Delfino dos Reis Filho, Médico, aposentado pela SES/DF, cuja concessão foi considerada legal pelo c. **TCDF** nos termos da r. Decisão nº 5.023/2009, nos autos do processo nº 22.514/2007. A Unidade Técnica apurou a incidência de acumulação de cargos públicos pelo mencionado servidor, com vínculos ativo na Prefeitura Municipal de Natalândia/MG e na Prefeitura Municipal de Unaí/MG. Destacou que tal situação não foi noticiada nos autos que tratou da concessão de sua aposentadoria. Dessa forma, considerando a urgência que o caso impõe, optou-se por **desarquivar** o processo nº 22.514/2007, para nele tratar da acumulação referida, dispensando a SES/DF da manifestação quanto a este servidor.

14. A **segunda** situação diz respeito aos servidores Rilva Nunes Borges e Rubens Antônio Rodrigues. No tocante à mencionada servidora, informou sobre sua acumulação nos cargos de Auxiliar de Enfermagem junto à SES/DF e de Agente de Serviços Diversos junto ao Instituto Nacional de Seguro Social – INSS no período de 14/4/1981, data de admissão no referido Instituto, a 19/3/1992, data de aposentadoria na SES/DF. Registrou que os atos de concessão de aposentadoria dos dois cargos que exerceu cumulativamente foram **considerados legais** por este e. **Tribunal** em 13/6/2000, por meio da r. Decisão nº 4.475/2000 (fl. 124), e pelo c. **TCU** em 23/2/2010 (fl. 125), respectivamente.

15. Nesse contexto consignou que, como os cargos de Auxiliar de Enfermagem e de Agente de Serviços Diversos **não são cumuláveis**, haja vista a vedação do artigo 37, inciso XVI da CF, a servidora Rilva Nunes Borges acumula proventos de cargos inacumuláveis na atividade.

16. Com relação ao servidor Rubens Antônio Rodrigues, a Área Técnica noticiou sobre sua acumulação nos cargos de Médico na SES/DF e de Auditor Fiscal do Trabalho junto ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, entre 28/9/1983 a 25/11/2007. Isto porque, o mencionado servidor, admitido na SES/DF em 22/12/1977 e aposentado em 26/11/2007, ato registrado pelo e. **TCDF** em 24/3/2009 nos termos da r. Decisão nº 1.706/2009 (fl. 126), foi admitido no MTE em 28/9/1983, tendo se aposentado em 27/1/2009, cujo ato concessório ainda pende de análise do c. **TCU** (fl. 127).

17. Desta feita, o Corpo Instrutivo consignou sobre a **impossibilidade** de acumulação dos cargos de Médico e Auditor Fiscal do Trabalho, ante a vedação do artigo 37, inciso XVI da CF e artigo 46 da LC nº 840/2011 e concluiu que o Sr. Rubens Antônio Rodrigues também acumula proventos de cargos que seriam inacumuláveis na atividade.

18. Ato contínuo, a Divisão de Fiscalização de Pessoal pontuou que nas duas situações relatadas, as admissões, as aposentadorias e os respectivos registros no âmbito distrital antecederam essas ocorrências referentes aos cargos federais ocupados pelos referidos



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

servidores. Desta forma, entendeu que os casos devem ser levados à conhecimento da SES/DF e também do c. TCU, do MTE e do INSS, para a adoção de providências de sua alçada.

19. A **terceira** situação noticiada no presente feito, trata de inconsistências cadastrais no SIGRH em relação a servidores do Senado Federal disponibilizados ao DF, conforme relação juntada à fl. 128. O Corpo Instrutivo verificou no cadastro de alguns destes servidores que os lançamentos não são feitos com a denominação dos cargos que ocupam originalmente no legislativo federal. Ao invés disso, são informados cargos equivalentes das carreiras de saúde do GDF como se aqueles servidores fossem integrantes desses quadros de pessoal. Com isso, a fim de evitar equívocos, ponderou que o correto seria a inclusão no campo 'cargo' das denominações reais dos cargos, com indicação do órgão ao qual eles efetivamente pertencem, acrescido da informação de que são requisitados.

20. Finalmente, ainda com relação à QA 1, a Área Técnica consignou que, a despeito de não ser objeto dos trabalhos desta auditoria, detectou **possíveis problemas no pagamento de auxílio-alimentação**, visto que parte dos servidores da SES/DF que acumulavam cargos, empregos e funções, relacionados na tabela 4 (fls. 145/146), também **recebiam o benefício nos dois vínculos**, em desconformidade com o artigo 112, inciso II, da LC nº 840/2011 e com os artigos 3º e 5º do Decreto nº 33.878/2012. Assim, entendeu que além da apuração do pagamento irregular do benefício, deveria ser criado procedimento rotineiro a fim de evitar a ocorrência desses pagamentos indevidos.

21. No tocante à QA 2 formulada para a auditoria em tela, a fim de verificar o cumprimento pela jurisdicionada da r. Decisão nº 2.975/2008 e do disposto no artigo 156 da LC nº 840/2011, a Divisão de Fiscalização de Pessoal registrou que foram constatadas **possíveis irregularidades na situação dos servidores Heder Murari Borba e Joseval de Arruda Bezerra**, objeto de questionamento constante da NA nº 2, itens 75 e 89 (fls. 79 e 82).

22. No **primeiro** caso, a Unidade Técnica, arguiu sobre o fato de que o mencionado servidor, titular dos cargos de Médico na SES/DF e de Especialista em Regulação e Vigilância Sanitária na ANVISA, encontra-se cedido dos dois órgãos para o Ministério da Saúde - MS, onde exerce o cargo de Coordenador-Geral, e **percebe as remunerações dos dois cargos efetivos e do cargo em comissão**.

23. Em relação ao servidor Joseval de Arruda Bezerra, titular dos cargos de Médico na SES/DF e de Analista Judiciário/Medicina no c. TJDFT, questionou sobre a percepção das remunerações dos dois cargos efetivos **em conjunto com a decorrente da função comissionada de Supervisor do Serviço Médico** do e. TJDFT, que exerce naquele c. Tribunal.

24. Por derradeiro, na abordagem consignada na QA 3, considerou que os procedimentos e controles que a jurisdicionada adota para evitar e detectar acumulações de



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

cargos em desconformidade com a legislação em vigor são **frágeis e insuficientes**, necessitando de melhoria, ampliação e o estabelecimento da verificação de forma periódica e não somente no momento da admissão dos servidores. Além disso, nesse mesmo quesito, quanto à obtenção das declarações a que se refere o artigo 46, § 3º, da LC nº 840/2011, alertou a Área Técnica para a necessidade de a jurisdicionada exigir dos servidores que recebam auxílio-alimentação ou auxílio-creche/pré-escolar, ou, ainda, benefícios equivalentes, **documentos comprobatórios** de que não recebem esses mesmos benefícios nos demais vínculos.

25. Ao final, a Área Instrutiva sugeriu ao c. **Plenário**:

“ I. tomar conhecimento do presente relatório e dos documentos juntados aos autos às fls. 3/130.

II. fixar prazo à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal até 31.03.2014, para que adote medidas saneadoras relativamente às impropriedades relatadas nas NA nºs 1, 2 e 3 (fls. 15/115) ou preste os esclarecimentos pertinentes;

III. oficial ao Tribunal de Contas da União e aos respectivos órgão e entidade de origem (Ministério do Trabalho e Emprego e Instituto Nacional do Seguro Social), a fim de que adotem as providências que considerarem pertinentes, tendo em conta que os servidores Rubens Antônio Rodrigues, Auditor Fiscal do Trabalho aposentado do MTE, CPF nº 072.848.371-87, e Rilva Nunes Borges, Agente de Serviços Diversos aposentada do INSS, CPF nº 247.895.001-44, são também titulares, respectivamente, dos cargos distritais de Médico e Auxiliar de Enfermagem aposentados anteriormente pela Secretaria de Estado de Saúde do DF, acumulando cargos, a princípio, em desacordo com o artigo 37, inciso XVI da CF/1988;

IV. determinar à Secretaria de Estado de Saúde do DF que, no mesmo prazo estipulado no item II:

- a) promova a adequação nos registros cadastrais no SIGRH dos servidores do Senado Federal, disponibilizados ao DF mediante o Acordo de Cooperação Técnica nº 2 de 2013, para fazer constar a sua real condição em face de seu vínculo com a SES, qual seja, Analistas ou Técnicos Legislativos, especialidades Medicina ou Enfermagem, excluindo as denominações de cargos efetivos da SES atualmente constantes de seus registros;*
- b) apure, em relação aos servidores listados na Tabela 4, o pagamento em duplicidade do auxílio-alimentação, em desconformidade com o artigo 112, inciso II, da LC nº 840/2011 e com os artigos 3º e 5º do Decreto nº 33.878/2012, e regularize as referidas impropriedades, mediante procedimento em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa ao servidor, para que ele faça opção por um dos benefícios, e para o ressarcimento do indevidamente recebido;*
- c) esclareça as situações dos servidores Heder Murari Borba, mat. nº 1438933-9, e Joseval de Arruda Bezerra, mat. nº 128035- X, em relação à conformidade com a Decisão nº 2975/2008 e os termos do artigo 156 da LC nº 840/2011;*
- d) adote providências no sentido de aparelhar o setor responsável com recursos humanos e materiais suficientes para aumentar a efetividade do controle de acumulações de cargos, empregos e funções públicas por parte de seus*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

servidores, especialmente, pela atualização dessas informações, mediante verificação periódica; e

- e) *crie rotina de verificação anual da compatibilidade das jornadas de trabalho dos servidores que acumulam cargos, em conformidade com o disposto no artigo 46, § 3º, da LC nº 840/2011, bem como para exigir nesse mesmo momento dos seus servidores que recebam auxílio-alimentação ou auxílio-creche/pré-escolar, ou benefícios equivalentes, documentos comprobatórios de que não recebem benefícios da mesma natureza nos demais vínculos, para assegurar o cumprimento do disposto no artigo 112, inciso II, da LC nº 840/2011 e nos artigos 3º e 5º do Decreto nº 33.878/2012 (auxílio-alimentação), além de na Lei nº 792/1994 e no artigo 7º do Decreto nº 16.409/1995 (auxílio-creche/pré-escolar).*

V. autorizar a remessa de cópia do Relatório de Auditoria à Secretaria de Estado de Saúde do DF para subsidiar a adoção de providências quanto às falhas e impropriedades verificadas.”. (Fls. 153/154).

26. Em cumprimento ao r. Despacho Singular s/nº - GCAM (fl. 158), os autos foram encaminhados a este **Órgão Ministerial de Contas** para a devida manifestação.

27. Após este relato, passo à análise do feito.

28. **Ab initio**, destaco ser incontestado que o silêncio da SES/DF aos questionamentos da Unidade Técnica, relacionados nas NA^s nºs 1, 2 e 3 (fls. 15/115), impossibilitou o conhecimento da situação de acumulação de cargos, empregos e funções naquela Secretaria, razão pela qual coaduno com a proposta da Divisão de Fiscalização de Pessoal no sentido de determinar que aquele órgão apresente as justificativas e a documentação comprobatória em resposta às arguições feitas pela Área Técnica até 31/3/2014.

29. Desta forma, destaco que a análise deste representante do **Ministério Público de Contas** tem caráter inicial, devendo se aprofundar somente após a resposta da SES/DF aos questionamentos feitos, com a correspondente análise da Unidade Técnica. Sem embargo, analiso os casos mencionados pela Unidade Técnica com as informações constantes dos autos.

30. Respeitante à **acumulação** de cargos públicos, **destaco** o claro enquadramento das exceções especificadas no art. 37, XVI, **a**, **b** e **c**, da Carta Federal, conforme a redação a seguir:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

*XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, **exceto**, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:*

a) a de dois cargos de professor;



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

- b) *a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;*
c) *a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas."*

31. Tendo em vista que os estudos levados a efeito pela Divisão de Fiscalização de Pessoal **envolvem** a análise em relação à acumulação de cargos, empregos e funções na SES/DF, parece-me forçoso admitir que a averiguação da admissibilidade de acumulação de cargos dos presentes autos, **sobressairá** na exceção especificada no art. 37, XVI, c, da Carta Magna.

32. Para esta possibilidade de acumulação, havendo **compatibilidade de horários** e sendo os **cargos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas**, permitida estará a acumulação de cargos públicos, excepcionalmente autorizada pela Carta Magna.

33. A esse respeito, cito o v. Acórdão prolatado pelo c. **TJDFT**:

"CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. ACUMULAÇÃO DE DOIS CARGOS PÚBLICOS PRIVATIVOS DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE. ARTIGO 37, XVI, ALÍNEA C, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS (AOSD) - PATOLOGIA CLÍNICA. TÉCNICO EM LABORATÓRIO - PATOLOGIA CLÍNICA. AMBOS OS CARGOS DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL. NECESSIDADE DE PROFISSÃO REGULAMENTADA. IMPOSSIBILIDADE DE ACUMULAÇÃO DE CARGOS. IMPERATIVO DENEGAR A SEGURANÇA. SENTENÇA REFORMADA. RECURSO DE APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO. CONHECIDOS E PROVIDOS.

(...)

2. O dispositivo constitucional proíbe a acumulação remunerada de cargos públicos, prevendo, quando houver compatibilidade de horários, três exceções: a de dois cargos de professor; a de um cargo de cargo de professor com outro, técnico ou científico; e, a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

(...)

7. Para compor o elenco das exceções previstas no artigo 37, XVI, alínea c, da Constituição Federal, faz-se necessário que os dois cargos sejam regulamentados como privativos de profissionais da saúde e não apenas um deles. (...).

Recurso de apelação e reexame necessário conhecidos e desprovidos."

(20110112357306APO, 1ª Turma Cível, Rel. Des. Alfeu Machado, DJe de 14/1/2014).

34. Em relação às situações trazidas à baila pela Divisão de Fiscalização de Pessoal, destaco a **impossibilidade** da Sra. Rilva Nunes Borges **acumular** o cargo de **Auxiliar de Enfermagem** na SES/DF com o de **Agente de Serviços Diversos** no INSS, na forma apontada na tabela 2, fl. 142, bem assim do Sr. Rubens Antônio Rodrigues **acumular** o cargo de **Médico** na SES/DF com o de **Auditor Fiscal do Trabalho** no MTE, na forma



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

apontada na tabela 3, fl. 142, mormente levando em consideração a jurisprudência ora colacionada no presente Parecer.

35. Acrescento, ainda, ser entendimento assente na doutrina² que **somente** é possível a acumulação de mais de uma aposentadoria nas hipóteses de **acumulação lícita**, destoando, aparentemente, da situação identificada nestes autos.

36. No tocante aos lançamentos dos dados cadastrais dos servidores requisitados para o exercício de cargos na SES/DF, **comungo** com o entendimento da Unidade Técnica no sentido de que as informações incluídas no SIGRH devem corresponder à condição real da situação funcional de cada servidor, de modo a evitar equívocos ou dúvidas.

37. Quanto à percepção em **duplicidade** do auxílio-alimentação e do auxílio-creche por servidores da jurisdicionada que acumulam cargos, consigno que a legislação pertinente à concessão dos referidos benefícios, LC nº 840/2011 e Decreto distrital nº 16.409/1995, **veda expressamente** a sua percepção de forma cumulativa, **ex-vi** do artigo 112, inciso II e artigo 7º, inciso I, respectivamente. Dessa forma, sugiro que essa c. **Corte de Contas** determine à SES/DF, observados o contraditório e a ampla defesa, a regularização dos casos relacionados pela Equipe Técnica na tabela 4 (fls. 145/146), com o **ressarcimento ao Erário dos valores pagos indevidamente**.

38. Assim, parece-me oportuna a recomendação sugerida pela Divisão de Fiscalização de Pessoal no sentido de que a jurisdicionada estabeleça a prioridade na verificação anual da compatibilidade das jornadas de trabalho dos servidores que acumulam cargos, na forma prevista no artigo 46, § 3º da LC nº 840/2011 e, exija, nesse momento, dos servidores que recebem auxílio-alimentação ou auxílio-creche, documentos comprobatórios do não recebimento do mesmo benefício nos demais vínculos.

39. Ademais, também entendo que a possível **acumulação** de cargos e percepção de vencimentos em **desconformidade** com a r. Decisão nº 2.975/2008 dessa c. **Corte de Contas** e com o art. 156, § 2º, da LC nº 840/2011, **obriga o ressarcimento ao Erário de valores percebidos indevidamente a contar da data de ciência do mencionado r. Decisum** pelas jurisdicionadas, isto é, a partir da data do conhecimento da referida deliberação plenária via Ofício Circular nº 10/2008-GP, observados o contraditório e a ampla defesa. Isso porque há, indubitavelmente, **erro de fato** com o não cumprimento de determinação desta c. **Corte de Contas**, e não erro de interpretação de lei ou má aplicação pela Administração.

40. Nesse contexto, tendo a Administração distrital tomado conhecimento do que decidiu o e. **TCDF** e descumprido a deliberação, impõe-se o ressarcimento aos cofres públicos dos valores recebidos de forma indevida pelos servidores, **não havendo que se falar em erro de interpretação ou má aplicação da lei por parte da autoridade administrativa**.

² DI PIETRO, Maria Sylvia. **Direito Administrativo**. 25ª ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 625.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
Quarta Procuradoria

Destarte, transcrevo o seguinte julgado do c. **Superior Tribunal de Justiça**, perfeitamente aplicável ao caso em comento:

“ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE. REVISÃO DAS COTAS DETERMINADA POR DECISÃO JUDICIAL. RESTITUIÇÃO DOS VALORES INDEVIDAMENTE RECEBIDOS. BOA-FÉ DESCARACTERIZADA. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. É devida a restituição de benefício previdenciário indevidamente percebido por pensionista de servidor público, quando não se cogita do desconhecimento da ilegitimidade do pagamento, estando afastada a presunção de boa-fé. Precedente da Corte Especial: MS 13.818/DF, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJ 17.04.13.

2. Na mesma espécie, deve-se restituir a quantia recebida a maior, desde o momento em que o caráter indevido da respectiva parcela fora reconhecido no bojo de processo judicial integrado pela ora impetrante, em decisão monocrática mantida pelo órgão colegiado do Superior Tribunal de Justiça.

3. Nessa situação, está descaracterizada a hipótese de erro de interpretação ou má aplicação da lei por parte da autoridade administrativa, sendo o caso de erro de fato, o que justifica o ressarcimento.

4. Recurso ordinário em mandado de segurança não provido.”

(RMS 33.673/RJ, **Segunda Turma**, Rel. Min. **Castro Meira**, DJe de 16/5/2013).

41. Nesse sentido, atinente às possíveis irregularidades nas situações dos servidores Heder Murari Borba e Joseval de Arruda Bezerra, destaco que, caso os mencionados servidores tenham recebido 3 (três) remunerações (dois vínculos efetivos acrescidos de cargos comissionados), a SES/DF deverá tomar providências visando ao ressarcimento ao Erário dos valores percebidos indevidamente a contar da data de conhecimento da r. Decisão nº 2.975/2008 pela jurisdicionada, observados o contraditório e a ampla defesa.

42. Outrossim, percebo premente a necessidade de aprimoramento dos controles internos adotados para a verificação das acumulações de cargos, empregos e funções dos servidores ativos, inativos e pensionistas, razão pela qual também entendo que é medida que deve ser recomendada a todos os órgãos e entidades jurisdicionadas deste e. **Tribunal**.

43. Ante o exposto, este **MPC/DF acompanha as conclusões** do Relatório de Auditoria nº 11/2013, com as considerações acima delineadas, para que o c. **TCDF** acolha as sugestões emanadas da Divisão de Fiscalização de Pessoal, em especial a fixação de prazo para a jurisdicionada sanear as impropriedades ou prestar esclarecimentos.

É o parecer.

Brasília, 28 de fevereiro de 2014.

Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador